

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.197 - FR (2019/0000381-1)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DE PARIS  
**INTERES.** : ACIR FILLO DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**PARTE** : FACEBOOK INC  
**A.CENTRAL** : MINISTERIO DA JUSTIÇA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita que se proceda à intimação de ACIR FILLO DOS SANTOS (CPF n. 125.302.698-07) de sentença que o condenou ao pagamento de indenização ante o reconhecimento de contrafação.

A intimação pessoal do interessado foi efetivada, conforme certidão de fl. 116 de fls. 32-335. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 128).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, postula a renovação do ato de intimação do interessado para que seja advertido sobre as consequências em não constituir um advogado para representá-lo.

O Ministério Público Federal opina pela devolução do processo, já que cumprida a diligência rogada (fl. 130 e 144).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Diante do êxito na intimação pessoal da parte interessada (fl. 125), **considero consumado o objeto da comissão**, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Confira-se o seguinte precedente da Corte Especial:

AGRAVO INTERNO NA CARTA ROGATÓRIA. INTIMAÇÃO PRÉVIA, VIA POSTAL. AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO PELO PRÓPRIO INTERESSADO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À JUSTIÇA ROGANTE ANTE O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

**1. Como a parte Interessada assinou o aviso de recebimento da intimação prévia, conclui-se que esteja ciente da notificação objeto da rogatória, uma vez que acompanhada de cópia integral dos autos.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Consumada a diligência requerida, desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal, motivo pelo qual eles devem ser devolvidos à Justiça rogante, por intermédio da autoridade central competente.

3. Agravo interno desprovido. (AgRg na CR n. 11.262/EX, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 14/9/2017, grifei.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 216-X do RISTJ, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante por intermédio da autoridade central competente, independentemente do trânsito em julgado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

